

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa
06 AGO 2013
Protocolo: 038/13
Processo: 038/13

Veto Total nº 108/13



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

AO EXPEDIENTE
Em: 22 JUL 2013
Presidente
Recebido, Autue-se e
Inclua em pauta.
06 AGO 2013
1º Secretário

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Com amparo no artigo 42, § 1º, da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências, que vetei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa augusta Assembleia Legislativa, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da afixação de cartazes nos veículos de transporte coletivos com a frase ‘Assédio sexual é crime – Denuncie’” (sic), encaminhado a este Executivo com a Mensagem n. 235/2013-ALE, de 26 de junho de 2013.

Trata-se de iniciativa parlamentar com o intuito de determinar a obrigatoriedade de colocação de placas informativas na parte externa de todos os meios de transportes coletivos registrados no Departamento de Transporte e Terminais – DETER.

Para a compreensão plena das implicações jurídicas advindas da proposta legislativa em tela, necessária se faz a exposição das regras constantes na Constituição Federal sobre a repartição de competência dos entes federados, o que, *a priori*, denota a inconstitucionalidade total do aludido Projeto de Lei.

Voltando-se para os termos da Constituição Federal, infere-se que compete, privativamente, à União legislar sobre as diretrizes da política nacional de transportes, bem como sobre o trânsito e transporte, conforme disposição expressa do artigo 22, incisos IX e XI.

De igual modo, nos termos do artigo 30 da Constituição Federal, aos Municípios compete legislar sobre assuntos de interesse local; suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; e ainda, organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, este último de vital interesse para a presente Mensagem de Veto Total, uma vez que corresponde ao objeto principal da proposta legislativa em análise.

Restou, portanto, aos Estados-Membros legislar sobre as matérias que não lhes foram vedadas pela Constituição e não estiverem entre as competências da União ou dos Municípios. Desse modo, tratando-se de transporte de pessoas, em razão da competência residual, cabe ao Estado legislar tão somente sobre o transporte intermunicipal.

Na hipótese em comento, denota-se, claramente, que o texto legal aprovado pela Egrégia Assembleia Legislativa é amplo e irrestrito, do que se pressupõe sua abrangência em todo o Estado, inclusive no que diz respeito ao transporte urbano e rural, e não apenas ao intermunicipal.

A Constituição Federal, no molde defendido alhures, no que tange à repartição de competência entre os entes federados, assevera que a competência para organizar serviços públicos de interesse local é municipal, entre os quais o de transporte coletivo. Assim, logo se observa que o Projeto de Lei referenciado nesta Mensagem de Veto Total, avança sobre competência legislativa local.

Há, desse modo, flagrante inconstitucionalidade no que atine à competência para legislar sobre a matéria.

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO
19 JUL 2013
nauaro
Servidor(nome legível)

[Assinatura]



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Traz-se à baila, oportunamente, jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da competência dos entes federados naquilo que se refere ao transporte coletivo, tornando clarividente os argumentos expostos acima, *in verbis*:

Os Estados-membros são competentes para explorar e regulamentar a prestação de serviços de transporte intermunicipal. [...] A prestação de transporte urbano, consubstanciando serviço público de interesse local, é matéria albergada pela competência legislativa dos Municípios, não cabendo aos Estados-membros dispor a seu respeito. (ADI 2.349, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 31-8-2005, Plenário, DJ de 14-10-2005.) No mesmo sentido: ADI 845, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 22-11-2007, Plenário, DJE de 7-3-2008; RE 549.549-AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 25-11-2008, Segunda Turma, DJE de 19-12-2008.

Infere-se que o Estado é competente para regulamentar o transporte intermunicipal coletivo e complementar, e os Municípios o transporte coletivo municipal, incluindo os de caráter complementar. Caso desobedecidos esses preceitos, como no presente projeto, há inevitável e latente violação à autonomia municipal e ao pacto federativo dos entes federados.

Logo, é de responsabilidade do Município a organização e prestação, diretamente ou por concessão ou permissão, os serviços de transporte público, uma vez que são de caráter essencial.

É mister aduzir que a edição de norma, seja constitucional ou legal, que vai de encontro à autonomia dos entes federados outorgada pela Constituição Federal, tem consequências jurídicas insanáveis.

A propósito, o Supremo Tribunal Federal tem advertido que as diretrizes inscritas na Constituição da República que regem, em seus aspectos essenciais, o processo de formação das leis impõem-se à compulsória observância dos Estados-Membros da Federação, inclusive no que se refere à cláusula de iniciativa, consideradas as hipóteses taxativas consubstanciadas no artigo 61, da Carta Política (RTJ 174/75, RTJ 178/621, RTJ 185/408-409, ADI 1.060-MC/RS, ADI 1.729-MC/RN).

Não bastasse, soma-se que o referido Projeto de Lei também se mostra inconstitucional na medida em que interfere na organização e funcionamento administrativo do Estado, sobretudo por impor conduta que fere a conveniência e a oportunidade administrativas. Desse modo, a entidade que deve escolher o que deve ou não constar como informação nos veículos de transporte coletivo é a Administração Pública Direta, e não o Poder Legislativo.

Isso porque nos termos do artigo 61, §1º, inciso II, alínea “b”, da Constituição Federal, interpretado sob a lógica do princípio do paralelismo federativo ou princípio da simetria jurídica, não sobram dúvidas quanto ao fato de que leis que tratam de matérias relativas à organização administrativa e orçamentária, serviços públicos e pessoa da administração são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, restando caracterizada a inconstitucionalidade formal do projeto em comento.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Ante o exposto, e analisando o texto do Projeto de Lei contestado, outra medida não cabe a essa Digna Casa Legislativa, senão reconhecer a inconstitucionalidade do Autógrafo de Lei.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, consequentemente, com a pronta aprovação do mencionado veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.


CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador